

O que está em jogo nesta viagem de Maílson

As notícias sobre as negociações entre o Brasil e o comitê de bancos credores, realizadas nas últimas três semanas em Nova York, revelam que os banqueiros estão dispostos a conceder apenas metade ou um pouco menos dos US\$ 11,5 bilhões pedidos pelo governo brasileiro para financiar parte dos juros da dívida referentes aos anos de 1987, 1988 e 1989. Além disso, como era de se prever, os bancos condicionam qualquer acordo a um entendimento entre o País e o Fundo Monetário Internacional (FMI), insistindo — ao contrário do que pretendia o ex-ministro Bresser Pereira — na vinculação entre os desembolsos do Fundo e a concessão de novos créditos.

Aparentemente, embora os bancos afirmem em sua proposta que o acordo a ser assinado cobrirá o período entre 1º de janeiro de 1987 e 30 de junho de 1989, seu desejo real é resolver o problema da rolagem da dívida em 1988, pois são tantas as incertezas decorrentes do atual quadro político brasileiro e a falta de confiança no governo Sarney que não é possível pensar num acordo de prazo maior. É certo que existe um outro clima, amplamente favorável à negociação, principalmente em razão do bom senso do ministro Maílson da Nóbrega, que em poucas semanas conquistou a boa vontade do governo dos Estados Unidos, cuja participação indireta nas negociações tem sido decisiva para persuadir banqueiros compreensivelmente relutantes, que até hoje não conseguiram absorver a irresponsável moratória do sr. Funaro e de seus amigos da Executiva do PMDB. O realismo do ministro da Fazenda e sua abordagem construtiva do problema da dívida, além do pagamento de 37% dos juros vencidos em janeiro, também conquistaram os banqueiros, dos quais se espera que não deixem passar esta oportunidade de evitar o pior, isto é, a volta ao clima destrutivo que prevaleceu nos dias dos ministros Funaro e Bresser Pereira.

Na realidade, o problema dos credores é o mesmo problema dos brasileiros que não confiam nas promessas de austeridade do governo Sarney. Ninguém acredita, aqui e lá fora, que as medidas anunciadas para conterem os gastos públicos são suficientemente fortes para impedir que a situação econômico-financeira do Brasil se deteriore mais ainda até chegar ao limite de uma nova moratória involuntária (veja o editorial ao lado). É por isso que a missão do ministro Maílson da Nóbrega nos Estados Unidos é extremamente delicada. Ele já conta com considerável dose de compreensão para as dificuldades que enfrenta internamente, sobretudo na área política, onde os xiitas do PMDB e outros políticos de partidos de esquerda estão fazendo o possível para sabotar a saída da moratória, mas enfrenta sérias dificuldades provocadas pelo acima referido e também pelo mau relacionamento do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, com os banqueiros. Ao que se comenta, as relações do sr. Milliet com o Ministério da Fazenda também não são boas e até no Palácio do Planalto, que foi o principal responsável pela permanência do sr. Milliet no BC, segundo se diz para cuidar de alguns processos especiais de conversão da dívida em capital de risco, já haveria desapontamento com sua atuação.

Além disso, como informou o correspondente da *Gazeta Mercantil* em Washington, "os credores percebem em Maílson um homem mais disposto à conciliação do que Milliet e, por razões óbvias, não perdem a chance para estabelecer a possível distinção entre eles". Para os banqueiros, a conduta do presidente do BC nas negociações não é congruente com o clima de cooperação observado em Brasília.

A atitude cautelosa dos banqueiros na concessão de novos créditos ao Brasil e a sua insistência num acordo com o FMI mostra como eles estão perfeitamente informados sobre o que acontece na economia brasileira e, sobretudo, nas contas do governo. Os bancos não entendem a complacência em relação ao déficit fiscal e a um processo inflacionário com o qual nenhuma economia consegue conviver. A ida ao FMI, na visão dos credores, representaria tão-somente uma garantia de que haverá uma política monetária apertada e uma política fiscal coerente com a necessidade de derrubar a inflação, que no momento apresenta forte tendência ascendente, ao contrário das expectativas do governo, que acredita na possibilidade de estabilizar a inflação nos próximos meses.

Apesar das restrições dos bancos, é importante neste momento que eles continuem pautando seu comportamento nas negociações com o governo brasileiro pelo bom senso e pela perspectiva de longo prazo. Seria altamente prejudicial para o País e para os próprios bancos se o comitê de bancos credores resolvesse oferecer um acordo muito ruim para um ministro que está lutando desde o primeiro dia por uma solução que possa ser aceita pelos dois lados. O governo dos Estados Unidos já compreendeu a importância de não deixar passar essa oportunidade de reingresso do Brasil na comunidade de financeira internacional. Prova disso é o esforço do secretário do Tesouro, James Baker III, para não permitir a superposição do problema da dívida com a questão das retaliações comerciais motivadas pela política brasileira de reserva de mercado no setor de informática.

Essa louvável atitude do governo americano demonstra a elevada responsabilidade com que trata o problema da dívida. Não se poderia esperar outro tipo de comportamento dos dirigentes da principal economia do mundo capitalista. Já no Brasil, além do que comentamos no editorial ao lado, registre-se que, em pleno andamento da negociação com os bancos, o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira — que certamente não fala só por si —, vem a público para afirmar que "jamais teria pago" os US\$ 350 milhões de juros atrasados aos bancos, porque a falta de pagamento "era fundamental como elemento de pressão junto aos banqueiros". Essas palavras do sr. Bresser Pereira não nos surpreendem, assim como não nos surpreende o fato de ele ter omitido convenientemente a existência das tremendas pressões que atuam no sentido inverso, contra o Brasil. Aquelas, por exemplo, que o fizeram esquecer todo o seu passado para se transformar num embrulhador de pacotes fiscais arbitrários, tipo regime militar, privilégio que o seu partido não quer conceder ao novo ministro...

Só resta esperar que os banqueiros, percebendo do que se livraram com a nomeação de Maílson da Nóbrega, não o façam voltar ao Brasil com um acordo inaceitável. Seria o mesmo que atirá-lo — e ao Brasil — de volta às feras de que ele os livrou...